

Os vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se em reunião online o Conselho Municipal de Educação, com a participação da Secretaria de Educação Sislene de Souza. Inicia-se a reunião, com fala da Secretaria dando as boas-vindas, atendendo que ela deseja uma boa relação entre CME e a SME. Ainda ressalta a importância da participação efetiva dos diretores. Somente desta forma a educação Fazende Rio Grande avançará. Foi novamente discutido em pauta o relato a respeito da lei de Diretores e Sislene coloca sua opinião a respeito da reforma da lei, quando finalmente o diretor eleito permanece por 3 anos no cargo, e howe a sugestão momento de reforma, que os diretores devem permanecer na função por quatro anos. Sislene coloca seu ponto de vista e defende a ideia de se permanecer permanentemente na função. Andrea continua a discussão e dá destaque ao artigo 44. Andrea Guillen diz que a formação é realizada pela Secretaria Municipal de Educação. O diretor assumir sua função é grande valia. Ainda enfatiza que a prática vai com o tempo. Sislene concorda com a máscara preparatória. Abel sugere que se faça um check list anual para ser anexo da reunião de diretores, ainda ressaltando a necessidade de planejamento de ação. Também foi discutido o artigo 36 da lei de diretores. Andrea Guillen também realizará a eleição do segmento de diretores, substituindo Claudineia Miranda.

Aos nove dias do mês de Março, reuniu-se Abel Tariano, Maria Antoniete e Andrea Haas, para rediscutir a Lei 11.901/17 que: "Dispõe sobre a escolha, mediante eleição direta, de diretores, vice-diretores e suplentes das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Fazenda Rio Grande e outras providências." Fica para ser votado a pela rede municipal de Educação, representada pelos servidores da educação de Fazenda Rio grande. No momento da conversa entre este encontro, ficam combinados alguns pontos importantes para eleição, díss votação. Dentro os detalhes, a pessoa rotante deverá registrar antes do voto seu email referência, que poderá ser usado uma única vez, em seguida a matrícula. Pergunta de número 01. O mandato deve ser de três ou de quatro anos? A segunda pergunta seria: Será permitida recondução? 1 vez ou 2 vezes. Abel sugere que se abri uma terceira pergunta que seria por tempo ilimitado. Entramos em discussão. Após diversos pontos serem discutidos entre a pequena equipe - presente, ficou acordado a terceira opção. permitido recondução até três vezes. Ainda citamos a terceira pergunta: Os diretores / vice diretores que estão atualmente poderão ser reconduzidos mais uma vez ou quem já tem dois mandatos sequenciais não poderá concorrer neste pleito 2021. Fica sugerido que quanto ao Quorum: cinqüenta por cento comunitade e cinqüente por cento funcionários ou trinta e cinco comunitades

sessente e cinco funcionários. Ainda comunidade e funcionários cinqüenta por cento, comunidade trinta e cinco por cento e funcionários sessenta e cinco com suas separadas e ainda comunidade trinta e cinco por cento e funcionários cinqüenta por cento, em uma separada. Encerramos com todas questões pertinentes ao questionário discutido, entre os três conselheiros presentes. Todos em concordância. Fica acordado que a pesquisa contecerá entre os dias dez a dezenas do mês corrente e apresentado ao Conselho na próxima reunião ordinária, digo extraordinária que é agendada para vinte e três de Março as onze horas. ~~M) de Lue~~

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se via plataforma meet, Maria Antônieta, Andrea Haas e Denise Konsoppka juntamente com os servidores municipais não docentes, interessados em participar de eleição para preencher os cargos de Titular e Suplente no conselho Municipal de Educação, no segmento Servidores Municipais. A reunião deu-se inicio as 13h e 30min.

Foram candidatos: Sergio Correa de Assis, documentador Escola Municipal 26 de Janeiro Tatiane Corimbaba Serviços gerais, Escola Municipal Prof Valdineia dos Santos, Karina dos Santos, documentadora Escola Municipal Valdineia dos Santos e Fernando Lima, documentador Escola Municipal Carlos Eduardo Niceté. Abre-se para eleição e fica assim as percentagens Sergio correa dos santos 21,3%, Tatiane corimbaba 42,6%, Karina dos Santos 4,3% e Fernando Lima 31,9%. Fica então eleito Tatiana Corimbaba como titular e Fernando Lima suplente. Finalizou-se a reunião. Mil de Lhe coste _____ x _____ x

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se presencialmente membros do conselho Municipal de Educação para reunião ordinária. Abel inicia a reunião explicando os motivos pelo qual ainda não foi definido a lei de Diretores este motivo seria a pandemia de covid-19 que vem afetando o andamento de todas as atividades. Abel ainda relata que é preciso estar contando com a presença de todos os segmentos que

xiste ainda data específica para volta .
Andrea explica que ainda não houve nova reunião do Consitê por estarmos trabalhando pautados no Decreto Estadual . Andrea ainda relata que o orçamento que possuímos não é suficiente para o retorno, mas já foi solicitado que a camara realize a votação favorável . Abel pergunta quanto cada escola recebeu para auxílio emergencial e Luciane fez relatos . As escolas e CMEIs ficam entre R\$ 1.500 a 4.000 mais de auxílio emergencial . Previsão de PODE, Educação Básica, deve ser pago até abril a primeira parcela . APMF pode fazer movimentos para ições que promovam recursos . Desde que respeitem as organizações públicas e com conversa apenas com a comunidade escolar, evitando colocar pedidos na mídia, apenas trabalhar com APMF . Finalizando a gestão na passa de Abel Mariano, informa aos conselheiros que, hoje 16/03/2021, termina a pesquisa colocada em rede municipal a respeito da Lei de Diretores . Informa a todos que dia vinte e três do mês corrente terá reunião extraordinária para tratarmos com exclusividade da Lei de Diretores . Ainda fica dessaltado que o município de Fazende Rio grande seguirá o Decreto Estadual .

Quantidade de pessoas votantes. Foram 162 votos. É colocado a primeira pergunta: Quem seu posicionamento quanto a Eleição de Diretores. O mandato deverá ser: 41,2 para quatro anos e 58,8% para três anos. Segunda pergunta: permitida reeleição 1 vez 37%, 2 vezes 28,1% e 3 vezes 34,7%. Terceira pergunta: Os diretores que atualmente já têm 2 mandatos: Poderão ser conduzidos mais uma vez 62,4% e quem já tem 2 não poderão concorrer mais uma vez 37,6%. Pergunta 4, quanto ao quorum: 27,1% 50% de funcionários e 50% comunidade. 35% o (65%) comunidade e 65% votos de funcionários com urnas separadas 33,9% e por fim 25% de comunidade e 50% de funcionários com uma única urna. Segundo pesquisas fica em primeiro lugar a representatividade de 35% votos da comunidade e 50% dos funcionários com a maioria dos votos.

Rosana Esteves pergunta se todas as perguntas serão pertinentes para futura lei de Diretores e Abel esclarece que o melhor é discutir todas as questões com os conselheiros e só final formata a nova lei com os apontamentos melhores para a Pele Municipal de Ensino. Andreia Guillen explica que segundo a lei, as discussões não podem ser abertas diversas vezes sobre o mesmo assunto, citando o artigo 143. ainda ressaltando o valor da pesquisa, mas lembra que tudo já foi discutido e a nova discussão não voltou para reunião com pauta, ainda cito que a reunião anterior a

representam o Conselho Municipal de Educação. Abel saliente que o segmento do Fundeb, não seria considerado neste momento por es ainda não existe a representatividade. Abel saliente a necessidade de todos estarem os presentes e sugere uma nova data para reunião extraordinária na sexta-feira dia 23/04/2021. Guilherme então nos sugere que os presentes votem para que os conselheiros presentes votem para que a reunião de seguidos. Todos os presentes votam para que acontece a reunião mesmo faltam os segmentos com representatividade da Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Todos os conselheiros presentes concordam que a reunião ordinária deve prosseguir, seguindo normas do regimento. Então o presidente segue a reunião. Inicia-se a apresentação da pesquisa realizada em sede municipal e são apresentadas as perguntas para todos os conselheiros presentes. Abel então faz a leitura do artigo 3º que explana o respeito da organização do Conselho Pleno e seu funcionamento. Dando destaque ao inciso primeiro. Segundo presidente a lei de diretores já foi discutida por este grupo por três vezes e neste momento estaremos realizando uma quarta discussão. Abel saliente que toda decisão deve ser tomada profissionalmente e nunca privilegiando opiniões pessoais. Tudo que ocorre nas reuniões, devem favorecer o melhor andamento do trabalho educativo da rede municipal de Educação. Andreia Haas apresenta a pesquisa e a

lheira municipal por muito tempo e que sempre houve a necessidade de mudanças na Lei de diretores. Abel relata que sua opinião é uma conduta para direção de quatro anos consecutivos. Sendo sua única opinião em relação a pesquisar. Acredite ser muito importante existir a diferenciação de permanência de votos em relação aos funcionários e comunidade. Maria José Barbosa exemplifica o caso de diretores do sistema Estadual não existe limite para o tempo de gestão, desde que seja eleito pelo comunitário Andreia ressalta que em relação ao projeto dois, foi dado aos rotantes apenas duas opções de escolha, se seu permitido recondução. Ainda ressalta que nenhuma pessoa iniciou ninguém a concorrer a direção de uma escola. Andreia Haas se coloca dizendo haver uma lei anterior que citava um mandato de dois anos, no sequencial um mandato de três anos e agora existe uma proposta de quatro anos consecutivos. Maristela se coloca que enquanto docente é viável que uma pessoa concorra apenas a dois mandatos, deixando que todos os docentes tenham a oportunidade de concorrer com profissionais que não tenham contato constante com os familiares. Em sua opinião é preciso se ter uma ruptura em relação aos candidatos. Guilherme também acredita que não se deve permitir o poder por muito tempo para a mesma pessoa, segundo sua visão isto não é um dever para comunidade. Abel relata

estar acontecendo com pessoas que não eram
conselheiras Municipais e a discussão, segundo
ela, se estendeu de maneira desnecessária.
Andrea ainda relembra que a lei não havia
sido votada e Abel esclarece que já havia
sido votada sim, estávamos apenas realizando
a reedição da versão do texto e corrigindo a
gramática. Abel ainda nos relembra que a
pesquisa surgiu a partir das reuniões do dia
23 de Fevereiro de 2021. Guilherme se coloca
que é preciso se rediscutir as situações que
se renovam e são importantes para Pede.
Maristela Vasconcelos ainda ressalta que visto
que foi realizado uma pesquisa e sob seu
olhar é preciso se voltar as discussões sempre
que necessário, considerando a visão dos rotantes
municipais, concordando com o pensamento do
conselheiro Guilherme. Andrea ainda relata
que é preciso sim considerar a opinião de
Pede, mas nunca nos esquecendo de nosso
regimento. Relembra ainda que o artigo 43 preci-
sa ser revisado, para que não haja uma
interpretação indevida. Andreia relembra que
a todo momento que for necessário, pode-se
reforçar as leis. Maristela se coloca, relatan-
do que discutiu com seu grupo e que todo
a mudança foi realizada após a troca de
prefeito municipal. Sua opinião é que o Conselho
já havia realizado a discussão e ocorreu
uma eleição entre os conselheiros, havendo uma
discussão entre todos presentes. Andriea ressalta
que o rosto dela representa toda categoria
de EJA. Ressaltando que é preciso ser aberto
e valorizar a pesquisa. Relembra que é confe-

estar acontecendo com pessoas que não eram Conselheiras Municipais e a discussão, segundo ela, se estendeu de maneira desnecessária. Andreia ainda relembra que a lei não havia sido votada e Abel esclarece que já havia votado sim, estávamos apenas realizando a leitura da questão do texto e corrigindo a gramática. Abel ainda nos relembra que a pesquisa surgiu a partir da reunião do dia 23 de Fevereiro de 2021. Guilherme se coloca que é preciso se rediscutir as situações que se renovam e são importantes para Pede. Maristela Vasconcelos ainda ressalta que visto que foi realizado uma pesquisa e sob seu olhar é preciso se voltar as discussões sempre que necessário, considerando a visão dos rotantes municipais, concordando com o pensamento do conselheiro Guilherme. Andreia ainda relata que é preciso sim considerar a opinião de Pede, mas nunca nos esquecendo de nosso Regimento. Delato ainda que o artigo 43 precisa ser revisado, para que não haja uma interpretação indevida. Andreia relembra que a todo momento que for necessário, pode-se reformular as leis. Maristela se coloca, relatando que discutiu com seu grupo e que todo a mudança foi realizada após a troca de prefeito municipal. Sua opinião é que o Conselho já havia realizado a discussão e ocorreu uma eleição entre os conselheiros, havendo uma discussão entre todos presentes. Andreia ressalta que o rosto dela representa toda categoria da EJA. Ressaltando que é preciso ser aberto e valorizar a pesquisa. Relembra que é conte-

Vivenciando momentos de pandemia, Andreia guiller sugere que se coloque que o diretor atual tem a possibilidade de se candidatar mais uma vez e Andreia esclarece que esta recondição deve ser colocada, em forma de ofício e enviado para o Secretário municipal. Abel sugere que apenas se retire da Lei a palavra sem limites para recondição substituindo pela recondição de apenas uma vez, isto já determinaria a finalização da questão número 3. Fica sugerido que se faça uma preposição em relação a este requisito. Abel, enquanto presidente pergunta para os conselheiros se paremos uma proposta. Então o grupo volta a discutir a respeito do tempo de mandato ser determinado ou não. Rosane dá destaque a necessidade de se reformular o texto para nova lei. Abre-se para votação em relação a eleição de diretores é seu número de mandato. O número de conselheiros é de 07 votos para que o atual diretor concorra a próxima eleição e 06 votos contrários, ficando necessário a realização de uma préposição, fazendo um adendo para a atual lei. Em relação ao quorum fica determinado a porcentagem de 35% de votos da comunidade e sisente e cinco dos funcionários tendo 12 votos positivos a este afirmativa e 1 voto a contrário. Após votação é revisada a lei e o que deveria ser feito, diante de todos, em relação aos capítulos dos atos convocatórios e da comissão eleitoral, Abel destaca que pelo motivo do mandato de diretores finaliza

que não concorda em eleição em tempo de pandemia, pois a eleição já se iniciaria de maneira desigual em relação aos professores que está tendo pouco contato com os familiares favorecendo ao diretor que já exerce a função. Abel abriu para o grupo de conselheiros votarem em relação a pesquisa, se iremos discutir e aceitar. Uma pergunta de cada vez ou aceitaremos a pesquisa por inteiro. Em relação à primeira pergunta, os conselheiros votaram que fica afirmado que a função de diretor deve haver um empate entre os membros e a necessidade de nova votação. Fica determinado cinco votos para três anos de mandato, dois quatro anos de mandato e oito votos para três anos de mandato, ficando então determinado três anos consecutivos de mandato. Em relação a segunda questão fico votado que o candidato poderá ser reconduzido por nove votos, para uma recondução (seis consecutivas quatro votos) com quatro votos para uma recondução de três vezes consecutiva desconsiderando o que está escrito entre os parênteses. Jéssica Daiga esclarece que seu voto sempre será a favor da pesquisa, pois ela representa o voto dos funcionários. Andrea Hora diz que este momento ainda deve ser repassado para o Secretário Municipal, pelo motivo de nossos conselhos ser apenas consultivos e não deliberativos, sendo uma proposição. Em relação a pergunta de número 3, ela entende que os diretores que atuam hoje, devem concorrer mais uma eleição e Rosana Esteves, acredita que na próxima eleição, o atual diretor deva se candidatar, pelo motivo de estarmos

que seja colocado no grupo de conselheiros para aprovação, não devendo este minuto sair do grupo fechado de conselheiros. É lido os inten^s que devem ser assinados pelo candidato a direção tomando assim ciência de suas reais funções, quando for realizar sua função enquanto diretor eleito. Após a discussão todos os presentes assinam o minute de Lecost; não foi realizado a leitura no momento, quem desejar ganhará uma cópia para futura leitura e a colocação de um adendo na próxima reunião. Maria Fassina, Andria Guimaraes, Almara, Daniela Alves, Maxíma Miranda, Maristela Ramos Vazquez, Rosana da Silveira Estrela, Vera Lucia Abreu, Marilda Messian Rodrigues, Fássica Paga, Deonilson Oliveira, Gylherme Sihra, Lu Carlos, Andria Cristina Haas, Fernando Lima de Souza, Nivise Konopka, Jim.

em três anos, passa-se a ter a necessidade de trocar o mês de Outubro, para que não se coincida com a eleição para presidente, prefeito, vereadores, dentre outras funções. Os conselheiros em sua maioria, acreditam que isso não irá influenciar, Maria José acha dito que é necessário a troca do mês afim de que os candidatos não sejam prejudicados em relação a sua campanha. Abel sugere que se determine o mês de Novembro para os trâmites legais, considerando os prazos para inscrição. Então volta-se ao artigo 15, onde se deve diminuir o prazo em caso de anulação do pleito eleitoral, fica então descrito na lei que a convocação ocorre na primeira semana do citado mês, visto que a primeira semana do mês de Dezembro está dentro do calendário letivo. Então no artigo 15 fica determinado 15 dias para a realização de organização para nova eleição. Quanto ao capítulo IX fica firmado que em local já estabelecido a contagem dos votos se inicie com a chegada de primeira urna, visto que uma contagem não depende da outra para finalização dos votos de cada escola. Em reunião ao artigo 39, fica retirado o inciso 2º. Em reunião ao artigo 44, fica valendo a lei 821. Todos os conselheiros, ao final da leitura concordam que fique assim sua redação. Também ficaram acordados que será realizado uma preposição para ser enviada ao legislativo, em relação à candidatura dos atuais diretores na próxima eleição. Abel solicita que realizemos uma minuta a respeito da preposição e

aos dezoito dias do mês de Maio de dois mil e vinte um, reuniu-se de forma on-line, conselheiros do Conselho Municipal de Educação em reunião ordinária. Inicia-se a reunião com pauta sugerida por Guilherme, a respeito do descongelamento salarial dos servidores municipais de Farroupilha Rio grande. Guilherme acordava que enquanto conselheiros devemos solicitar ao prefeito que haja discussão a respeito dos avanços e progressos dos servidores públicos, o que não vem acontecendo. Guilherme ainda se coloca relatando que é preciso que o Conselho Municipal de Educação solicite que a Secretaria de Educação, professora Sistene, venha conversar com o Sr. prefeito a respeito de tal situação. Abel sugere que se faça um ofício para RH da educação, afim de que sejamos informados em relação às atuais leis que retratam ao descongelamento salarial imposto pelo governo federal. Guilherme salienta que este círculo descongelamento é uma promessa de campanha do atual prefeito. Por este motivo precisa ser cumprido. Solange, representante segmento educação infantil, se coloca em relação a uma reunião que ocorreu na Câmara Municipal de Vereadores, neste sessão. Solange relata que Prof Fabiano, vereador, discutiu a respeito da revisão salarial. Solange ainda se dispôs a nos oferecer uma gravação de círculo reunião, ainda nos informar que o vereador Laió, solicitou um tempo maior para realização do reajuste, deste maneira seria possível uma maior organização do financeiro. Guilherme ressaltou a necessidade do Conselho, em reuniões a este assunto, estar mai

Secretaria de Educação, solicitando o pedido de ampliação do direito dos atuais diretores se candidatarem. Andreia, diz Andréia Hass explica que a Secretaria já realizou a análise do documento e encaminhou para o Jurídico. Andreia relata que realizou junt com Elizângela, uma reunião com a Secretaria conversando a respeito da recondução de diretores, relata ainda que entender a posição da Secretaria e segundo sua fala ela não temia impedimentos em permitir a recondução. Andreia questiona quanto ao envio ao Jurídico e se havia um parecer favorável por parte da Secretaria. Segundo Andreia, este é uma pergunta feita por todos os atuais gestores. Andreia esclarece apenas que a Secretaria solicitou uma análise Jurídica. Ainda colocou a respeito da pesquisa e todo aprovacão está no aguardo do parecer do Jurídico. Andreia ressalta se um descontentamento geral em relação a este ponto ser discutido novamente, pois a mesma já havia sido discutida em reunião ordinária anteriormente. Segundo Andreia, Sirlene, secretária já solicitou o andamento da votação da mesma. Abel ainda sugere mandar um ofício para o Jurídico solicitando a legalidade da final aprovação da lei, afim que haja pleito. Andreia se coloca em nome de seus colegas diretores, que acreditam que a Secretaria municipal não tem interesse das atuais diretoras se candidatarem na próxima eleição, em seu entendimento Andreia acredita não ser a opinião da Secretaria.

atual, isto irá valorizar a educação municipal. Abel saliente que as discussões no Conselho, serão sempre para fins informativos. Jéssica Darga, acredita ser esta uma pauta importante, esclarecendo nos que o sindicato de categoria dos professores, já realizou uma reunião com o financeiro. Este é, segundo Jéssica um assunto que vem preocupando representantes do sindicato desde Fevereiro do vigente ano. Andrea nos informa que existe um RH geral na prefeitura e este é o departamento que nos deve dar a adequada resposta para tal questão. Abel sugere que o Conselho envie ofício, em caráter de convite, para que um representante do RH geral e um Vereador, venha nos esclarecer a respeito deste assunto na próxima reunião ordinária, que acontecerá na terceira terça-feira do mês de Junho. Jéssica ainda nos informa que realizou reunião com responsável do constituição de justiça na Câmara de Vereadores, Sr. José Carlos e Rafael Campaner, tendo a presença do Vereador professor Leo e de professor Fabiano Sobral. Fabiano apresentou um projeto já existente no ano de 2020. Andreia ainda relata que no ano de 2020 os dados de Fazende Rio grande foram repassados para o Fórum municipal, o que poderá melhorar financeiramente o município após atualização do senso. Andreia quillen faz perguntas a respeito dos trâmites da lei de Diretores, e que foi informado que a lei está no jurídico, ela enquanto representante de categoria gostaria de repassar informações corretas sobre a citada lei. Abel explica que no ultimo reunião, o Conselho catou a pesquisa realizada com servidores, explica que ainda foi descripto um documento e enviado para atualização.

Reuniu-se de maneira on-line membros do conselho municipal de educação, pertencentes à câmara que discute o regimento do CME. Esta reunião acontece no dia dezenove de maio de dois mil e vinte e um. Inicia-se a reunião, fazendo a leitura de parte do Decreto nº 3054/2005. Fica acordado que os convidados a participar da reunião do conselho caso deseje oferecer alguma sugestão, que o mesmo envie por escrito sua sugestão através de algum conselheiro, não podendo ser ele mesmo o pôr vez de sua sugestão. Também é votado que a reunião devênia acontecer no inicio de cada mês e nos meses de Janeiro de todos os anos, as reuniões somente acontecerão em caráter extraordinário, caso haja necessidade. Em parágrafo único, é questionado a respeito da prestação de contas da APAE, Andreia informa que APAE sempre informa a Fundeb a prestação de contas e Maristela relata que esta prestação de contas é sempre muito superficial, devendo ser mais detalhado quando se coloca e diz que é muita responsabilidade para o conselho assinar documentos que não foram devidamente revisados. Thais sugere que a APAE apresente apenas suas prestações de contas para Fundeb, onde já existe um acompanhamento de um conselheiro representante do CME. Abel também afirma que mesmo sendo aprovado pelo Fundeb, é uma responsabilidade do Conselho Municipal de Educação também Andreia enquanto conselheira, não gostaria de estar se responsabilizando por este prestação de contas, visto que é uma atividade complexa onde o representante do Fundeb se responsabiliza. Maristela sugere a retirada ou retirada do

Jéssica Daga, indaga que a lei de Diretores, em relação ao artigo 5º, não é citado a nomenclatura diretora. Andree volta ao artigo 5º da lei de diretores e esclarece a todos os quisitos que os candidatos a diretor deverão cumprir. Abel abre para perguntas em relação a esta pauta. Andree ainda compartilha o canal no yutub, um canal de formação. Fim da reunião.

para aplicação e destinação de recursos relativos ao espaço físico. Foi retirado inciso XIII pelo motivo de sermos conselhos consultivos. É realizada a leitura da seção relativa aos membros representantes no Conselho Municipal de Educação e discutido a respeito da possibilidade de inclusão de representantes SISMUF no CME. Thais se coloca, dizendo que SISMUF espasse advogados, o que poderia auxiliar o Conselho caso precise. Abel acredita que um número maior de representações seria melhor, mas seria preciso estabelecer outros regimentos da região, afim de realizarmos uma organização correta. Abel ainda sugere a representatividade da educação superior no Conselho municipal de educação. Fica acordado que deve incluir 2 representantes SISMUF (1 titular e 1 suplente) e 2 representantes da Educação Superior (1 titular e 1 suplente) deste forma alterando para 44 membros do conselho, sendo 25 titulares e 21 suplentes. Em relações as faltas não justificadas (artigo 8º) hoje está descrito que as faltas não justificadas deverá ser aprovada pelo plenário. Fica sugerido que após 3 faltas consecutivas a justificativa vai para avaliação dos conselheiros. Após discussão, fica acordado que este artigo volta para discussão. No artigo 4º fica mantida a redação. O artigo 21 é reformulado devido nesse conselho ser apenas consultivo. Em relação ao artigo 23, Andreia sugere que devem haver a indicação do presidente caso não haja a predisposição de um conselheiro para participar da câmara ativamente. Em relação ao artigo 23, fica retirado XII, pelo motivo de nesse CME, não

69, retira-se o voto aberto para voto secreto, escutinos secretos, garantindo desta forma a democracia. Não havendo votações on-line. Volta-se a composição do Conselho e se discute a respeito da lei federal, que não limita o número de indicações a serem conselheiros do CMTE. Abel ainda discute a possibilidade de se construir um documento que venha esclarecer as funções de um conselheiro e suas responsabilidades.

Aos dessejados dias do mês de Junho do ano de 2021, reuniu-se pela plataforma meet, conselheiros e convidados para reunião ordinária mensal. Apesar das boas vindas, Abel Mariano realizou a leitura do Regimento do Conselho em seu artigo 3º, parágrafo 1º. Explica que a reunião do Conselho possui convidados por ser uma reunião aberta à comunidade. Na sequência faz uma explicativa no respeito do estudo e modificações realizadas em relação a Lei de Diretores. Explica que a discussão foi iniciada no ano de 2020, sendo discutido já por três momentos. A primeira vez foi discutido com base na Lei 13.090, na segunda discussão, para ocasião, foi convidado o vereador Gilmar Petri, que explanou sua opinião em relação a lei e na terceira discussão foi sugerida uma pesquisa de rede com pontos específicos a serem votados: - período de mandato dos diretores; - atual diretores concorrerem às eleições em 2021; - quorum para eleição. Mais tarde reuniu-se os vereadores Petri e Marlon, que realizaram a sugestão de não haver eleição

possuir fundos financeiros, mas temos cheques (não) para que possam ser assinados. Em relação ao artigo 30, a respeito de comissões de legislação e normas, traz-se de ceste conselheiros para cinco conselheiros participantes na comissão. Também fica estabelecido que as reuniões das comissões não devem acontecer de maneira simultânea. Em relação ao artigo 34, fica alterado a redação, compete ao plenário designar relatores para processos que serão discutidos, anteriormente era apenas o presidente quem indicava. Também fica acordado que o convidado à participar das reuniões mensais, possui o direito a voz, mas não possui direito a voto, podendo ainda assinar, a até registrada na data da reunião. As comissões citadas no artigo 36, serão compostas cada uma de no mínimo 2 e no máximo 7 membros limite, fica acordado que o grupo irá rever o artigo, quando se puder, adequar a reuniões em relação às comissões. No artigo 45, é retirado os incisos. Fica acordado de 3 a 5 minutos por vez para cada conselheiro fazer uso da palavra, após discussão entre os conselheiros representantes, devendo ser descontado o tempo de leitura antes da explanação. Ainda é citado que caso a reunião seja gravada, ela deverá ficar arquivada por no máximo 30 dias após aprovação em até. Cada conselheiro deverá ter acesso a pauta antes da reunião, distribuída por meios eletrônicos e impressas quando presencial. Não devendo o conselheiro desfiliar-se de pauta proposta. Em relação a votação, precisa haver a maioria absoluta dos membros votantes do CME, quando for relativo as devidas documentações. Em relação ao voto, citado no artigo

enquanto representante do sindicato, irá respeitar os dados demonstrados pela pesquisa e que a pesquisa atingiu um grande número de servidores, portanto deve ser mantida. É criado um link interno para que os conselheiros presentes realizem uma votação em relação à pesquisa, pois segundo algum opinião a pesquisa foi mal elaborada. Os itens se referem ao número de anos que a gestão atuará e qual o limite de recondução. Foi então lido para todos o artigo 38; da Lei de Diretores. Após votação por link, fica aprovado pela maioria dos conselheiros 24 anos de atuação na gestão e 1 recondução. Fica pontuado 53% de votos para este quórum. Neste momento Abel ressalta que os diretores atuais poderão concorrer e Leonardo questiona a escrita do artigo 36 da citada lei, segundo ele ficou mal redigida. Leonardo sugere que se crie um artigo que venha assegurar o direito das atuais diretoras a serem candidatas no próximo pleito. Também é colocado em votação se este artigo será inserido na Lei de Diretores e após aprovação, 66,7 dos votos apontam para positivo. Abel esclarece ainda a respeito das pautas sugeridas pelos conselheiros Fernando e Rosânia, pagamento anúncio e plano de caixa e correira respectivamente. Abel esclarece que estas pautas caberão aos secretários administrativos responder, portanto irá considerá-lo para próxima reunião. Também ficou em aberto a data da reunião.

mo ano de 2020, devido a pandemia. Em relação a pesquisa, a rede participou com 159 votos. Foi realizado um documento pelo Conselho, solicitando que a Secretaria de Educação — aprovasse a possibilidade dos atuais diretores tiverem a oportunidade de concorrer a próxima eleição / 2021. No dia 19/05 do citado ano, diretores da rede municipal de ensino, reuniram-se com o atual prefeito para que o mesmo pudesse saber a respeito da lei de diretores e a possibilidade das mesmas concorrerem ao próximo pleito. Outra reunião aconteceu no dia 26/05 com a presença da Secretaria de Educação, Sistêm dos Santos. Em seguida, Abel apresenta um relatório apresentado, dito redigido na reunião do dia 26/05 onde havia a presença de alguma diretoras, representantes e secretários de outros segmentos e o convidado Sr. Alisson Wandesche Jéssica Daga pergunta se a reunião do dia 26/05 era de conhecimento de todos os conselheiros e Andreia Guillen responde que este não foi uma reunião organizada pelo Conselho Municipal de Educação, mas pelos Diretores das instituições de ensino. Vereador Leonaldo participou da citada reunião e citou que percebeu um distanciamento entre os gestões e diretores e que as eleições para direção não devem possuir cunho político. Maisa, enquanto convidada, explica que todas as duas reuniões, 19/05 e 26/05 foram realizadas de maneira informal, sendo momentos para as diretoras expressarem suas opiniões a respeito da mudança da lei de diretores. Jéssica Daga, se colocar dizendo que, ele

Guilherme Silva; Jessica Costa; Jessica Daga; Leonardo; Marilda Hessiano; Rosane Esteves; Tatiana Corimbae; Thaís Moura; Vera Lúcia e Maria Antonietta.

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil e vinte e um, reuniu-se no teatro municipal de Fazenda Rio Grande, o comitê volte as aulas e eu, Maria Antonietta, como representante do conselho Municipal de Educação. A reunião se inicia com a palavra de boas vindas do Sr. prefeito Nassib. Na sequência é iniciada a fala do Sr. Secretário de Educação César Tarares. Ele se inicia relatando que o retorno as aulas não pode ser uma decisão unia, da secretaria de Educação, mas de todos os que nela estão engajados. Destaca Resoluções que foi realizadas pelo Secretaria Estadual de Educação, em relação aos protocolos de biossegurança, bem como protocolos de volta às aulas. Cita artigos que regularizam o retorno das atividades escolares. ainda salienta que já houve a necessidade de unidades escolares municipais fecharem, por motivo de contaminação a Covid-19, mesmo em atendimentos modelo Almoto. Na sequencia, Fernando fale a respeito do posicionamento do Fundeb em relação à citada temática. Segundo Fernando, sobrese que a família ansia por aula em modelo híbrido, no entanto é preciso que seja revisado todo o material que será necessário afim de que haja um retorno com o cumprimento dos protocolos sanitários. Em seguida fale o professor Leonardo,

ordinária para mês de Junho, pois muitos conselheiros estariam de férias. Após agradecimento, é encerrada reunião as 11:45min.

Aos vinte e seis dias do mês de Julho de 2021, aconteceu de maneira on-line, com video cham de sala plena forma Meet, conselheiros aqui relatados, para apresentação da LDO. Na sequência os conselheiros presentes, Vera — Lucía Abreu, Thais F. de Moura dos Santos, graciela Cristina de Oliveira, Jéssica Daga, Tatiane Corimbaba, Abel Mariano da Silva, Leonaldo de Paula Dias, Elisangela de Oliveira Delgado e Fernanda Alves dos Santos. mijontonete de leite coste; Abel Marim da Silva, — x — x — x — x — x —

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte um, reuni-se de maneira on-line, representantes do conselho Municipal de Educação, afim de se realizar reunião ordinária. Nesta data, foram discutidas possíveis ações como retorno escolar, dentre eles a possibilidade do escalonamento. Também foi discutido o respeito ao descongelamento salarial, pauta sugerida pelo conselheiro guilherme em meses anteriores. Abel ainda informou aos conselheiros algumas sugestões de cursos on-line que podem ser realizados pelos membros do Conselho. Não havendo mais pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada. Na sequência segue nome dos presentes:

abel Mariano; Aquinaldo Marcio; Andreia quillen; césar alberto. solange Domiciano; Eliane Ellen; Elaine Santos; Elisangela Delgado; Fernand

recebendo. Esclarece que em relação ao transporte o município tem o repasse de R\$ 11.86 por aluno diariamente. Cita ainda que a partir do dia 24/09, todo o transporte escolar estadual será liberado. Secretário motivico que a plataforma pedagógica — hoje utilizada pela Secretaria Estadual de Educação não será renovada o contrato Rafaela Saúló, diretora geral de educação no município inicia sua fala, deixando esclarecidos que uma volta presencial dos estudantes é preocupante, mas cada dia mais próxima de necessidade se volta a atender os estudantes. Inicia a apresentação da organização do cronograma volta às aulas, iniciando a volta pelas turmas do 3º, 4º e 5º anos. Na sequencia vai apresentando as idades cronológicas que deverão voltar. Ainda é citado a respeito das crianças que mais passam pelo processo de adaptação — que deverá ser prolongado. Rafaela apresenta que a organização realizada pelo SME contempla atendimentos de 1 hora e 30 min diária com grupos de 6 crianças por vez. Ainda cita as crianças que hoje são atendidas pela Rede de Proteção. Também ressalta a necessidade de se haver um tempo separado para higienização das salas. Ainda Rafaela deixa o grupo ciente de que a Rede de Proteção faz o acompanhamento das crianças que não vêm devolvendo os kits escolares. Rafaela destaca que é preciso haver um retorno gradativo, desta forma conseguimos a nos organizarmos para uma infestra

também representante do Fundeb. Segundo professor Leonardo é preciso que haja uma organização concreta e real em relação a voltar as aulas, mas sendo possível seguir o modelo que vem sendo adotado pelo ensino estatal dual. É preciso haver um olhar atento para as crianças pequenas que ainda não fazem uso de máscara, desse forma nenhuma decisão impetuosa seja tomada. Jéssica Daga, também faz sua fala, representando a categoria dos professores. Jéssica esclarece que o sindicato realiza uma pesquisa e a mesma não define a ação a ser seguida, pois os resultados mostram que a categoria está bem dividida quanto o retorno das aulas. Sugere que a Secretaria de Educação converse com os usuários. Finaliza sua fala afirmando que hoje devemos chegar num resultado final que venha contemplar o bem de todos os envolvidos. Abel Mariano, presidente do conselho Municipal de Educação defende a segurança de todos em um modo geral. Mas acredita em um retorno bem plenamente. Defende a volta que respeite uma ordem das alunas maiores até que só chegue às alunas de menor idade. Ainda afirma que não se pode apressar as situações, mas a volta torna-se necessária. César retoma a palavra e cita resoluções a respeito do calendário escolar do ano 2021 e 2022. César diz que já possuímos uma organização de retorno e esclarece que vem pouco a pouco conversando com os docentes do município. Ainda cito Flávio Arns e o repasse financeiro que o município vem

volta integral. Faz relatos a respeito das crianças que necessitam de acompanhamento presencial e não fazem uso de máscara, alunos de educação especial, e destaca a necessidade de uma maior proteção dos profissionais que terão contato com estes alunos. Reforça que todo retorno será de modo gradativo e que existe a necessidade da volta presencial das crianças. Neste momento relata a respeito das necessidades pedagógicas que envolverão todo o processo do retorno.

Abre-se para perguntas e o professor Leonardo pergunta a respeito da nota do transporte neste modelo apresentado. Rafaela responde que fará-se preciso iniciar o movimento presencial para que se possa organizar a logística. Transporte privado está presente e relata que neste modelo não é viável para o transporte escolar. César diz que estamos sendo cautelosos, por este motivo ainda o uso de transporte escolar. Ainda, apresenta as possibilidades de uma flexibilidade no uso letivo de 2022. Fernand pergunta a respeito de alimentação escolar e Rafaela esclarece que os momentos de alimentação são facilitadores de contaminação.

Também é perguntado a respeito das possíveis crianças que não voltam para suas residências no período determinado e Rafaela esclarece que os pais deverão assinar um termo de ciência que não haverá alimentação escolar. Cada família deve se conscientizar de que não haverá neste período a alimentação. Professora Tava, da escola do campo, faz relatos das necessidades específicas da modalidade. Rafaela diz que esta é uma necessidade

mostra preocupação em relação a higienização dos materiais. Luciane Lopes lembra que todas essas situações já foram discutidas dentro de cada instituição. Ainda esclarece que existe dinheiro para gasto emergencial e que as gestoras já vem se organizando. Vereador José Carlos indaga a respeito da necessidade de alimentação, esclarece que prejuízos já são imensos e quanto mais se retardar a volta das aulas, maior os danos sociais. José Carlos defende a ideia de que os professores são capacitados, caberá a educação conscientizar a família. Destaca que "O papel aceita tudo, a prática é diferente".

Sugere que recursos para compra de alimento existe, então sugere que seja oferecido Kits de alimentação para crianças, sem a necessidade de variadas manipulações. Ainda pergunta sobre os transpates e Luciane esclarece que existe uma frota municipal e outra privada e cada uma delas deve ser responsável pela higienização. José Carlos tem como profissão enfermagem e ele destaca que o novo cenário pandêmico vem atingindo principalmente as crianças. Esta também é uma preocupação do Secretário de Educação. José Carlos esclarece que as crianças apresentam um grau menor de doença. O risco de fatalidade ainda é baixo entre as crianças. O citado vereador defende a volta às aulas de maneira organizada, a criança na escola tem o risco menor de ser contaminada. Luciane Lopes neste momento passa a explicar que passaremos ao momento de

delicado, por este motivo esta reunião, onde todos poderão ser ouvidos. Na sequência professora Maísa diz que respondem o resultado do sindicato e gostaria de uma resposta, é citado que no inicio de reuniões já foi dito. Então Maísa diz que seu desejo é saber como foi chegado a este pensamento de 1:30min na instituição, após ela mesma não participou de tal discussão. Maísa destaca que a educação privada já vem atendendo cumprindo todos protocolos, por este motivo esta organização aqui oferecida não é viável. Em sua visão é preciso voltar em um período maior e ofertar juntas para as crianças. Para ela é preciso que haja uma volta imediata. Professora

Maísa acredita que precisemos enfatizar as situações e voltar imediatamente. Simone, representante sindicalista, afirma que em Fazendeiro Rio grande possui um trabalho claro e aberto, democrático e participativo, no entanto encontra-se preocupado em relações a sobre caixa que podem acarratar aos docentes, visto que as atividades remotas também continuaram. Destaca que a pandemia não terminou, mas é preciso se retomar as atividades, no entanto com muita responsabilidade. Professora Elaine de Escola,

Nossa Senhora de Fátima, diz que enquanto avó sua meta não voltará enquanto não estiver vacinado, mas ele deseja uma educação de qualidade para todas as crianças. Destaca que em Fazendeiro Rio grande a vacinação já está em idade cronológica de 19 anos, sua sugestão é que se volte a medida que as crianças sejam vacinadas. Também

votação. Neste momento os membros do conselho Municipal de Educação votam, estão presentes oito representantes, cinco deles votam favorável volta as aulas. Leonardo se manifesta e vota a favor da volta as aulas, e se posiciona positivo, adicionando seis votos positivos. Comitê volta as aulas temos onze representantes e dez são favoráveis e uma abstenção. Neste momento fica de pé o grupo do Fórum Municipal de Educação e presentes somam-se 20 representantes. Do total quinze votos são favoráveis, quatro contrários e um abstenção. Jéssica Daiga solicita que as conversas democráticas continuem e agradece a Secretaria de Educação o empenho em apresentar uma proposta. Após a votação em espaço democrático finalizando com parecer de trinta e um votos favoráveis a volta as aulas. Neste instante encerra-se a reunião.